

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O FOLCLORE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO E NO BRASIL

Lucas Borges Soeiro, Regina Helena Silva Simões

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13926>

Submetido em: 2025-10-29

Postado em: 2025-11-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Rosianny Campos Berto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3143-3258>)
- JUVERCI FONSECA BITENCOURT (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1802-353X>)

ARTIGO

## A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O FOLCLORE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO E NO BRASIL

LUCAS BORGES SOEIRO<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1818-7411>

[<luuca\\_borges@hotmail.com>](mailto:luuca_borges@hotmail.com)

REGINA HELENA SILVA SIMÕES<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7554-3152>

[<reginahe@terra.com.br>](mailto:reginahe@terra.com.br)

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória-ES, Brasil.

**RESUMO:** O estudo objetiva mapear e analisar a literatura acadêmica sobre o folclore na História da Educação no Espírito Santo e no Brasil. Do tipo estado do conhecimento, assume como *corpus* documental: 11 teses e 16 dissertações. As fontes foram analisadas com base nos pressupostos teórico-metodológicos do historiador italiano Carlo Ginzburg, com ênfase na micro-história italiana, apostando-se no método indiciário. Os indícios apontam uma intersecção entre o folclore e a educação, mediada por pensadores e instituições, desde a República Velha até a efervescência da institucionalização do folclore no campo educacional, no período denominado Movimento Folclórico Brasileiro e Capixaba. Os resultados indicam os nomes de João Simões Lopes Neto, Amadeu do Amaral, Villa-Lobos, Mário de Andrade, Cecília Meireles, Luís da Câmara Cascudo, Renato Almeida, Edison Carneiro, Maria Stella de Novaes, Guilherme Santos Neves e Florestan Fernandes como importantes intercessores na cena pedagógica do folclore brasileiro. Entre as instituições, apresentam-se o projeto de Sociedade Demológica, a Superintendência de Educação Musical e Artística, o Departamento de Cultura de São Paulo, a Sociedade Brasileira de *Folklore*, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, a Comissão Nacional de Folclore, a Comissão Espírito-Santense de Folclore e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

**Palavras-chave:** folclore, movimento folclórico, história da educação, Espírito Santo.

### ACADEMIC PRODUCTION ON FOLKLORE IN THE HISTORY OF EDUCATION IN ESPÍRITO SANTO AND BRAZIL

**ABSTRACT:** This study aims to survey and analyze the academic literature on folklore in the history of education in Espírito Santo and Brazil. As a state of knowledge study, it is based on 11 theses and 16 dissertations as a documentary corpus. The sources were analyzed based on the theoretical-methodological assumptions of the Italian historian Carlo Ginzburg, focusing on Italian microhistory and relying on the method of evidence. The evidence points to an overlap between folklore and education, mediated by thinkers and institutions, from the Old Republic to the flourishing of the institutionalization of folklore in education, in the period referred to as the Brazilian and Capixaba folklore movement. The results show the names of João Simões Lopes Neto, Amadeu do Amaral, Villa-Lobos, Mário de Andrade, Cecília Meireles, Luís da Câmara Cascudo, Renato Almeida, Edison Carneiro, Maria Stella de Novaes, Guilherme Santos Neves and Florestan Fernandes as important advocates in the pedagogical scene of Brazilian folklore. Among the institutions presented

are the Demological Society Project, the Superintendence of Musical and Artistic Education, the Ministry of Culture of São Paulo, the Brazilian Folklore Society, the National Conservatory of Orpheonic Singing, the National Folklore Commission, the Folklore Commission of Espírito Santo and the Campaign for the Defense of Brazilian Folklore.

**Keywords:** folklore, folkloric movement, history of education, Espírito Santo.

## LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA SOBRE EL FOLCLORE EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN ESPIRITO SANTO Y EN BRASIL

**RESUMEN:** El siguiente estudio tiene como objetivo mapear y analizar la literatura académica referente al folclor en la historia de la educación en Espírito Santo y en Brasil. Se enmarca dentro del enfoque de estado del conocimiento y utiliza, como corpus documental, 11 tesis y 16 disertaciones, producidas en programas de posgrado en educación. Las fuentes se analizaron con base en los presupuestos teórico-metodológicos del historiador italiano Carlo Ginzburg, con énfasis en la microhistoria italiana, utilizando el método indiciario. Los indicios señalan una intersección entre el folclore y la educación, mediada por pensadores e instituciones, desde la República Vieja hasta el auge de la institucionalización del folclore en el campo educativo, durante el período conocido como Movimiento Folclórico Brasileño y Capixaba. Los resultados señalan los nombres de João Simões Lopes Neto, Amadeu do Amaral, Villa-Lobos, Mário de Andrade, Cecília Meireles, Luís da Câmara Cascudo, Renato Almeida, Edison Carneiro, Maria Stella de Novaes, Guilherme Santos Neves y Florestan Fernandes como principales mediadores en la escena pedagógica del folclore brasileño. Entre las instituciones, se destacan el proyecto de la Sociedad Demológica, la Superintendencia de Educación Musical y Artística, el Departamento de Cultura de São Paulo, la Sociedad Brasileña de Folclore, el Conservatorio Nacional de Canto Orfeónico, la Comisión Nacional de Folclore, la Comisión de Folclore Espírito-Santense y la Campaña de Defensa del Folclore Brasileño.

**Palabras clave:** folclore, movimiento folclórico, historia de la educación, Espírito Santo.

## INTRODUÇÃO

Os estudos do folclore no Brasil apresentaram sua máxima mobilização no período de 1947 a 1964. Esse momento, intitulado pelos folcloristas de todo o país como Movimento Folclórico Brasileiro, iniciou-se com a criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) em 1947, uma instituição paraestatal que fazia parte do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) organizado dentro do Ministério das Relações Exteriores com o objetivo de representar o Brasil junto à Unesco (Vilhena, 1995).

A CNFL fomentou uma série de reuniões, congressos e eventos em torno do tema folclórico. Uma das principais conquistas da CNFL para o fortalecimento das ações do folclore no país foi a consagração da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), em 1958, uma agência governamental de proteção ao folclore instituída pelo governo de Juscelino Kubitschek (Vilhena, 1995).

Desde 1947, os trabalhos da CNFL, com o posterior apoio da CDFB, foram estruturados com base em três vértices: a proteção, a pesquisa e o aproveitamento do folclore na educação. Para a

execução dessas ações, a CNFL propôs também a organização de Subcomissões ou Comissões Estaduais de Folclore, para a articulação desses objetivos folclóricos em todo o país (Vilhena, 1995).

No Espírito Santo, instalou-se, em 1948, a Comissão Espírito-Santense de Folclore (CESFL), secretariada por Guilherme Santos Neves. O Movimento Folclórico Capixaba também seguia, assim como as demais comissões estaduais, os três eixos de trabalho preconizados pela CNFL (Costa, 2011). O interesse de pesquisa recaía sobre o aproveitamento do folclore na educação capixaba, ou seja, como o folclore se apresentou na educação no estado do Espírito Santo.

Considerando os ricos percursos dessas comissões no campo da investigação folclórica brasileira, este artigo objetiva mapear e analisar a literatura acadêmica produzida sobre o folclore na história da educação no Espírito Santo e no Brasil. Para a análise das publicações inventariadas, utilizou-se o método indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989).

Embora tenha como marco temporal o período de maior expressão do folclore no país (1947-1964), a pesquisa investiga igualmente as intersecções entre folclore e educação desde suas primeiras formulações sistemáticas, iniciadas na Primeira República, focalizando: a) as diretrizes nacionais e locais relacionadas ao folclore ensinado em instituições escolares; b) a participação de professores/as em redes nacionais/locais de educadores/as e pensadores/as que impulsionavam a valorização do folclore nacional, estendido aos ambientes escolares; e c) as práticas curriculares associadas ao folclore desenvolvidas em escola capixabas.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo do tipo “estado do conhecimento” que, definida por seu caráter bibliográfico, tende a apresentar como desafio o exercício de

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

O processo metodológico da revisão baseou-se na perspectiva indiciária, seguindo os “pormenores mais negligenciáveis” (Ginzburg, 1989, p. 144) que possam contribuir para a compreensão das intersecções entre História da Educação, Folclore e educação folclórica nas escolas do Espírito Santo.

Como fontes, utilizamos teses e dissertações localizadas no Repositório Institucional Ufes (RiUfes), no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), no Catálogo Digital de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Organizamos o mapeamento em torno da seguinte questão: *como o folclore se situa na história da educação capixaba e brasileira?* A partir desta pergunta, adotamos como descritores “folclore” e “história

da educação”. Ampliamos o campo semântico, realizando uma busca no catálogo da Biblioteca Nacional, utilizando o termo “folclore”. Entre os resultados, optamos pela escolha dos termos “folclore e educação” e “folclore e história”, pela aproximação com o objeto de estudo. Utilizamos também termos “folclore”, “*folklore*” e “*folk-lore*”, variações da palavra na língua estrangeira que foram comumente utilizadas pelos folcloristas no Brasil nas décadas de 1920 a 1940.

A sintaxe de busca utilizou-se dos operadores booleanos (*AND* e *OR*) e das aspas, para o encontro de resultados com expressões exatas, gerando-se a seguinte estratégia de pesquisa: (*Folclore OR Folk-lore OR Folklore*) *AND* (“*História da Educação*” *OR Educação OR História*). Aplicamos a sintaxe, respectivamente, no RiUfes, no Oasisbr, no Catálogo da Capes e na BDTD.

Consultamos, separadamente, as teses e dissertações disponíveis nos sites dos Programas de Pós-Graduação em Educação, Educação Física e História da Ufes, uma vez que esses programas constituem espaços de pesquisa que realizam discussões correlatas à história da educação local (Simões; Berto; Salim, 2018).

No Espírito Santo, não encontramos teses e dissertações que tratassem do folclore na história da educação como tema central, contudo os indícios da presença do folclore na história da educação capixaba apareceram na análise de disciplinas, matrizes curriculares, percursos escolares e docentes, em pesquisas realizadas nos programas de Educação, Educação Física e Artes.

A seleção das pesquisas analisadas, ocorreu em duas fases: na primeira, analisamos títulos, resumos e considerações finais, além de buscarmos, no corpo das teses e dissertações, sinais de conexão entre folclore e história da educação; na segunda, realizamos a leitura dos trabalhos na íntegra, totalizando 27 produções: 11 teses e 16 dissertações.

O estudo analisou a produção acadêmica sobre as relações entre folclore e educação, focalizando trabalhos produzidos no período entre 1995 e 2022. Para o estabelecimento do recorte, considerou-se o primeiro e o último trabalho localizado nos bancos de dados indicados. O propósito da busca abrangente foi identificar as tendências, as lacunas e as contribuições dessa temática para o campo da Educação.

Excluimos os textos que tratavam de folclore em outros países sem relação com o Brasil ou a educação, além daqueles que versavam sobre práticas folclóricas nas escolas sem uma abordagem histórica, ou que não estabeleciam conexões com a história da educação. Na mesma direção, descartamos trabalhos focados em grupos ou manifestações folclóricas muito específicas, sem vínculo com a educação, os que apresentavam análises de histórias folclóricas hegemônicas sem relação com a área, além de textos com acesso restrito ou indisponível.

Encontramos uma gama epistemológica de pesquisas relacionadas ao folclore na educação, justificada pela polissemia dos elementos culturais do folclore, que atravessam diferentes programas acadêmicos, como demonstramos na Figura 1 a seguir

**Figura 1:** Nuvem de palavras com programas acadêmicos que atravessaram o folclore na história da educação

Artes  
Culturas e Identidades Brasileiras

# História

Música  
Letras

# Educação

Educação Física

História Social da Cultura Antropologia Social

# História Social

História da Educação

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

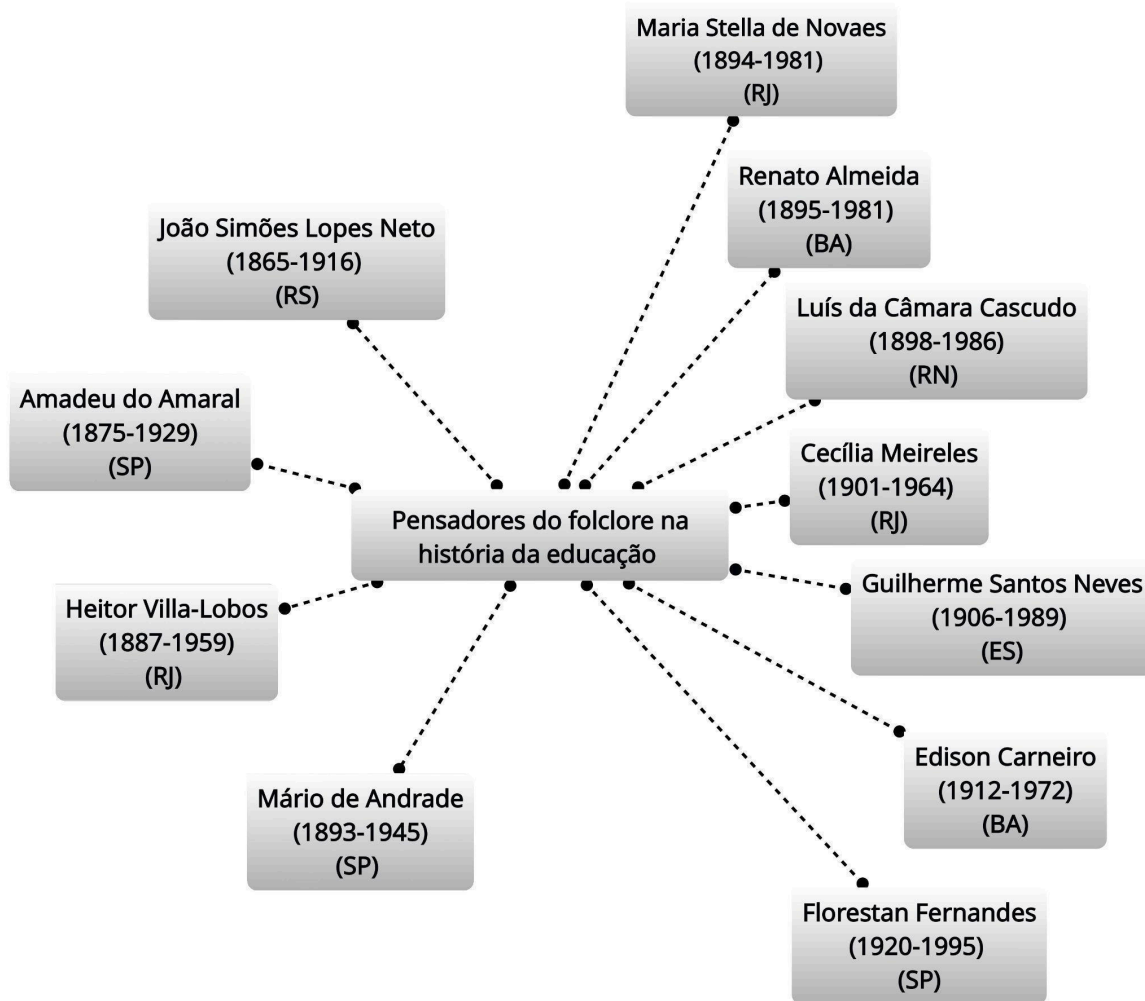
Na relação do folclore com a história da educação, mediada pelas pesquisas acadêmicas, destaca-se um número significativo de teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação em Educação (13 trabalhos) e História (4 trabalhos) e seus ramos, História Social (1 trabalho), História Social da Cultura (1 trabalho) e História da Educação (1 trabalho), Artes (1 trabalho), Letras (2 trabalhos), Educação Física (1 trabalho), Antropologia Social (1 trabalho), Culturas e Identidades Brasileiras (1 trabalho) e Música (1 trabalho).

O mapeamento de produções distribuídas por campos do conhecimento possibilitou-nos o encontro com instituições, atores e fontes relacionadas ao folclore no Espírito Santo e no Brasil. Em alguns casos, a dispersão dos lugares de produção dessas teses e dissertações conduziu-nos a documentos pouco explorados pela via do folclore, que nelas aparece de forma subsidiária a outros temas. Com este estudo, objetivamos identificar dinâmicas das relações estabelecidas entre a educação e o folclore na historiografia educacional brasileira.

Para as análises apresentadas a seguir, os trabalhos selecionados pelo fator abordagem do folclore na história da educação no Brasil encontram-se organizados em três categorias temáticas: *Pensadores do folclore; Instituições e atividades associadas ao folclore; e Diretrizes e práticas do folclore nas instituições educacionais.*

## **PENSADORES DO FOLCLORE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A Figura 2, apresentada a seguir, representa um mapa cognitivo que contém o nome, o local de nascimento e a época vivida pelos pensadores do folclore que se destacaram ao longo da história da educação, identificados na literatura acadêmica consultada.

**Figura 2:** Mapa cognitivo sobre os pensadores do folclore na história da educação

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Como se observa, a maioria dos pensadores mapeados apresenta uma trajetória no campo do folclore desde a Primeira República brasileira. No contexto das práticas e ações pedagógicas, destacamos os nomes de João Simões Lopes Neto e Amadeu Amaral. Os demais, como abordaremos a seguir, atuaram marcadamente a partir da década de 1930, especialmente após a realização o Congresso Internacional de Folclore em Paris (1937), cujo tema “Folclore e Educação” fertilizou as conexões do folclore com as Ciências Sociais, a Antropologia e a História (Vilhena, 1995).

Em sua maioria, esses mediadores culturais eram oriundos da Região Sudeste do Brasil ou migraram para essa região, onde desenvolveram projetos folclóricos, como Renato Almeida e Edison Carneiro, nordestinos que lideraram, respectivamente, a CNFL e a CDFB. Entre os pensadores nordestinos, apenas Luís da Câmara Cascudo permaneceu em seu estado natal, mantendo, contudo, uma articulação entre o folclore local e os espaços nacionais e internacionais de estudo e pesquisa (Fernandez, 2004).

Duas mulheres se destacam no quadro de pensadores/as do folclore na história da educação: a renomada escritora Cecília Meireles e a professora Maria Stella de Novaes, que dividiu com o professor Guilherme dos Santos Neves o protagonismo do cenário da educação associada ao folclore capixaba.

Em seguida, a Figura 3 evidencia o objeto central defendido por esse grupo de pensadores na relação estabelecida entre folclore e educação. Muitos deles não apresentaram propostas pedagógicas sistematizadas para o ensino do folclore, mas defenderam a sua presença em espaços educacionais, seja como elemento de aproximação entre a escola e a realidade dos educandos, seja visando à preservação da cultura popular.

**Figura 3:** Perspectivas de folclore na educação pela via dos pensadores



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Na intersecção do folclore com a história da educação, identificamos, inicialmente, o nome de *João Simões Lopes Neto* forjado emocional e intelectualmente no berço cultural do positivismo, do republicanismo, do anticlericalismo, do evolucionismo e do naturalismo. Lopes Neto lançou um programa educacional e ideológico, associado ao vigor nacionalista e à educação cívica, que expressava, no início do século XX, forte preocupação com a consolidação do Estado Republicano (Pereira, 2008).

Na sua perspectiva, folclore e cultura popular deveriam alimentar projetos cívico-pedagógicos e a literatura nacional, já que o ensino brasileiro se limitava a “fatos e nomes de além-mar” e a “bibliografias europeias”, em prejuízo da cultura e da história brasileiras e da formação da nacionalidade (Severo, 2013, p. 95).

Defendia-se, assim, o uso de livros com conteúdos locais, escritos por brasileiros, bem como a recolha de materiais folclóricos para a produção de obras literárias e historiográficas que revelassem as origens e etnias formadoras do país (Severo, 2013).

Nessa perspectiva, Lopes Neto valorizava símbolos pátrios e o ensino de “[...] coisas nacionais, da terra, os grandes feitos, os grandes nomes, as paisagens, a história, a cultura, inclusive os hábitos e as tradições populares” (Severo, 2013, p. 95).

Apesar do fracasso de várias iniciativas, Pereira (2008, p. 33) destaca sua relevância para a educação brasileira, pois projetou uma “[...] identidade autônoma para o Brasil, ao mesmo tempo em que seguia as teorias e práticas europeizadas”. Em suma, para Lopes Neto, o estudo do folclore e da cultura popular permitia que as crianças se conhecessem, valorizando as questões regionais e nacionais para evitar seu esquecimento (Severo, 2013).

Outro nome destacado em associação com o folclore na educação brasileira foi *Amadeu Amaral*, um pesquisador sistemático do folclore na Primeira República, poeta, jornalista, civilista, acadêmico, crítico literário, cronista, funcionário d’ O Estado de S. Paulo, fundador e presidente da Academia Paulista de Letras (APL) (1919-1929), político e participante da Liga Nacionalista, que buscava combater os “males” da República (Ferreira, 2007).

Na década de 1920, juntamente com o paulista Sampaio Dória, postulava a instrução pública como instrumento de regeneração de hábitos e costumes da população brasileira. Nessa perspectiva, o analfabetismo, a falta de patriotismo e o indiferentismo cívico deveriam ser combatidos (Ferreira, 2007). Nas escolas, elementos dos estudos folclóricos comporiam a bandeira de luta contra o analfabetismo político, ajudando o povo brasileiro a corrigir hábitos considerados nocivos, como vender votos e aceitar passivamente fraudes, corrupções e vícios eleitorais (Ferreira, 2007).

Nesse contexto, a inserção da “ciência do folclore” no campo da educação visaria à formação de uma identidade brasileira, reunindo a “infraestrutura da nacionalidade”, o “conhecimento exato do povo” e utilizando-se de suas poesias, literatura oral, cantorias populares, danças, festas, práticas costumeiras e outras artes (Ferreira, 2007).

Nessa esteira, em 1931, o nome de *Heitor Villa-Lobos* destacou-se pela sua relação com o folclore por meio do Canto Orfeônico. Ao transformar o folclore brasileiro em música de autor, o ilustre compositor e maestro viajou pelo mundo, apresentando sua obra na regência das maiores orquestras da Europa (Barreto, 2011).

Seu projeto de educação musical, mediado pelos corais orfeônicos, despertou o interesse de Getúlio Vargas, no Governo Provisório (1930-1937), em sintonia com a perspectiva nacionalista-modernista que valorizava o folclore como inspiração estética. Assim, consolidava-se uma identidade musical genuinamente brasileira, refletindo a formação de uma consciência nacional. O repertório pedagógico abrangia canções escolares, patrióticas, militares, de ofício e folclóricas, e a projeção internacional de Villa-Lobos favoreceu sua aliança com o governo Vargas (Lemos Júnior, 2005; Barreto, 2011; Monti, 2015).

Embora não tenha criado o Canto Orfeônico, inspirou-se no canto coletivo das escolas parisienses, adaptando a prática ao Brasil no início do século XX. Entre 1910 e 1920, educadores como Carlos Alberto Gomes Cardim, João Gomes Júnior e os irmãos Lozano utilizavam a música e o canto orfeônico como forma de socialização escolar (Barreto, 2011).

Com Villa-Lobos, a música assumiu funções educacionais, cívicas e artísticas, promovendo socialização, solidariedade e gosto musical. Para sustentar o projeto, elaborou materiais didáticos para

professores e estudantes, entre os quais se destacam *Guia Prático*, *Solféjos* e *Canto Orfeônico* (Barreto, 2011).

Segundo Monti (2015), Villa-Lobos não criou uma metodologia formal ou uma teoria pedagógico-musical sistematizada, mas demonstrou uma visão pedagógica clara na produção de materiais e arranjos corais, além da coleta e sistematização de canções folclóricas. Seus hinários foram organizados em três categorias: folclóricas ambientadas, adaptadas e de inspiração folclórica. As obras folclóricas de Villa-Lobos abrangem diferentes áreas da atividade escolar, reunindo elementos do folclore musical brasileiro e reinventando suas tradições nos cancionários.

*Cecília Meireles* foi outro grande nome na comunhão entre o folclore e a história da educação, especialmente no contexto da educação nova. Signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, durante o período no qual dirigiu a Página de Educação no jornal *Diário de Notícias* (1930-1933), ela defendeu e divulgou os ideais da Escola Nova por meio de crônicas, com ênfase na educação infantil e reflexões sobre a infância (Vieira, 2013). Na crônica “Folclore e Educação” (1932), Meireles destacou a importância dos “Museus de Artes Populares” e sua integração com os ambientes escolares, defendendo seu papel na valorização da cultura popular (Nascimento, 2013).

Para a ilustre escritora, os museus poderiam constituir um mecanismo importante na “[...] adaptação do folclore aos programas de ensino” (Vieira, 2013, p. 150). Ela acreditava que essa integração asseguraria tanto a preservação quanto a evolução da presença do folclore nas escolas (Vilhena, 1995; Nascimento, 2013).

Considerava o folclore um elemento fundamental para a reestruturação do sistema educacional brasileiro, destacando a sensibilidade e a imaginação das crianças em contraste com a razão adulta (Vieira, 2013). Ela valorizava as tradições populares para as relações humanas, especialmente em um contexto de avanços científicos e industriais que sufocavam a sensibilidade e promoviam o artificialismo das relações, provocando o afastamento entre pessoas (Vieira, 2013).

A proposta de educação musical de Villa-Lobos também se estendeu aos Parques Infantis, instituições pré-escolares criadas por *Mário de Andrade*, modernista, então diretor do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938), em resposta ao operariado que reivindicava o atendimento aos seus filhos durante as suas jornadas de trabalho.

Nesses espaços, a educação era mediada pelo canto, pela música, pelos jogos, pela arte e por atividades culturais e lúdicas, com a intenção de afastar as crianças tanto do ambiente de trabalho como dos espaços de brincadeira gratuita, considerados desperdício de tempo pela ideologia da sociedade capitalista (Paiva, 2009). O folclore foi introduzido por meio dessas práticas, incluindo danças dramáticas, folclóricas e o canto orfeônico (Paiva, 2009).

Os Parques Infantis tinham como missão educar, recrear e assistir as crianças, priorizando o cuidado sanitário e a formação cultural dos filhos de operários (Paiva, 2009). Embora configurassem instituições extraescolares, aproximavam-se do funcionamento das escolas públicas municipais, com orientação pedagógica centrada na criança. Defendiam, ainda, a educação integral, o direito à infância e a valorização da cultura infantil, compreendendo a educação como processo global e indissociável (Paiva, 2009). Como argumenta Teodoro (2019, p. 53),

[...] os Parques Infantis administrados pelo Departamento de Cultura na década de 1930 chegaram mais próximos de ações que envolvessem uma educação através da experiência folclórica, pois a intenção era a de trazer, através da pesquisa de campo e da documentação coletada, as festas, danças e músicas, incorporando-as nas atividades dos Parques Infantis. Sendo perceptível a sistematização de conhecimentos sobre o folclore, que contou com as práticas e procedimentos do DCSP.

Naquele contexto, vários intelectuais acreditavam que as ações educativas deveriam promover, aperfeiçoar e elevar a cultura por meio da arte, visando fortalecer e valorizar a nacionalidade (Paiva, 2009).

Valendo-se então do trabalho com elementos folclóricos, respeitando a individualidade de cada criança, e influenciando-a de forma a construir a cultura nacional, através especialmente de uma produção cultural, do lúdico e incentivo as artes, no qual a música estava inserida, surgia uma política sócio-educativa-cultural de cunho nacionalista (Paiva, 2009, p. 13).

De modo geral, as propostas musicais “[...] enfatizavam questões pedagógicas, educativas e didáticas com canções temáticas referentes à higiene, saúde, folclore, socialização, cívicos e patrióticos” (Paiva, 2009, p. 93). No Parque Infantil, a música popular e folclórica, além de instrumento educativo e expressão artística que facilitava o mergulho no universo específico da infância, colaborando com elementos de inspiração, criação e formação da personalidade da criança, e o aperfeiçoamento de seu gosto estético, atuava também como instrumento político de governo e de intervenção social (Paiva, 2009).

Na história da educação brasileira também se destacam Luís da Câmara Cascudo, Renato Almeida e Edison Carneiro, todos os três envolvidos na organização de instituições que aderiram à defesa do folclore nas escolas.

*Luís da Câmara Cascudo*, cuja trajetória no campo educacional refletiu o seu compromisso com a institucionalização do folclore nas escolas, fundou a Sociedade Brasileira de *Folklore* (SBF) na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, em 1941. A partir de uma visão humanista, acreditava que a cultura serviria como vértice para a produção do conhecimento educacional (Fernandez, 2004).

Reconhecido como folclorista máximo nacional, Cascudo relacionou-se com expoentes da cena cultural brasileira, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Monteiro Lobato, disseminando ideias modernistas e regionais, especialmente no Nordeste. Assim como Amadeu Amaral e Mário de Andrade, adotou uma abordagem científica para estudar e preservar o folclore, considerando-o uma via para o conhecimento da realidade brasileira (Fernandez, 2004). Por mais de dez anos, dedicou-se à produção do “Dicionário do Folclore Brasileiro”, que compreendia diversos aspectos da cultura popular, embora afirmasse que o trabalho jamais estaria completo, dada a diversidade cultural do país.

*Maria Stella de Novaes*, primeira mulher catedrática do ensino secundário no Brasil (1925), no concurso de História Natural, Física e Química para o Ginásio Espírito Santo (Leite, 2002), destacou-se também no estudo do folclore. Após aposentar-se da docência em 1936, dedicou-se à preservação da memória espírito-santense, projetando-se como pesquisadora do folclore local e da história capixaba. Segundo Leite (2002), embora carioca, estudou as “coisas do Espírito Santo” com o propósito de educar a juventude e de afirmar uma identidade própria para o povo capixaba.

Iniciou suas pesquisas culturais com o tema “folclore e os brinquedos”, por meio de cartas escritas por crianças de todo o Espírito Santo, além de estabelecer relações com os estudos da natureza, da história e do folclore capixaba. Ao longo de 36 anos (1943-1979), a folclorista correspondeu-se com Luís da Câmara Cascudo, com quem manteve relações em torno do interesse comum pelo folclore (Leite, 2002).

O nome de *Renato Almeida* merece destaque, principalmente pelo fato de ter sido o grande articulador e mentor da CNFL, órgão sediado no Ministério das Relações Exteriores. Trata-se de uma organização paraestatal, fundada em 1947, que, desde os primeiros anos de sua criação, realizou congressos e reuniões nacionais em diversos estados do país (Vilhena, 1995).

O conjunto das ações planejadas pela CNFL foi identificado pelos intelectuais de todo o país que a compunham, como Movimento Folclórico Brasileiro. No período de 1947 a 1964, um dos principais objetivos desse movimento consistiu na inclusão de manifestações folclóricas no processo educativo formal (Vilhena, 1995).

*Edison Carneiro* também aparece na articulação desse movimento, ao assumir a direção executiva da CDFB, uma agência governamental criada no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que apoiou a CNFL na defesa do patrimônio popular. Na CDFB, da qual foi o primeiro diretor, Carneiro, junto a Renato Almeida, fortaleceu a defesa do folclore nas escolas (Vilhena, 1995; Ferreira, 2007).

Outro nome de expressão na intersecção entre folclore e educação foi o professor *Guilherme Santos Neves*, considerado o folclorista máximo do Espírito Santo. No Ginásio do Espírito Santo (GES), Santos Neves lecionava a disciplina Português, na década de 1930. Em 1950, ocupou a vaga de catedrático da 1.<sup>a</sup> cadeira de Português daquele ginásio (Borel, 2017).

Segundo a autora, no fim da década de 1940 Santos Neves assumiu a condição de pesquisador do folclore capixaba, fato que teria influenciado suas práticas no campo pedagógico. Ao utilizar temas do folclore em aulas de português, Santos Neves incluía os estudantes no processo de construção e ampliação de seu acervo folclórico que, conseqüentemente, passava a reunir saberes, costumes e tradições que os alunos levavam para a escola (Borel, 2017).

No cenário do Movimento Folclórico, por duas décadas, o sociólogo *Florestan Fernandes* abordou o folclore como fonte para compreender as relações em torno da política, da cultura, da sociedade e da educação na formação social brasileira (Bandeira, 2020).

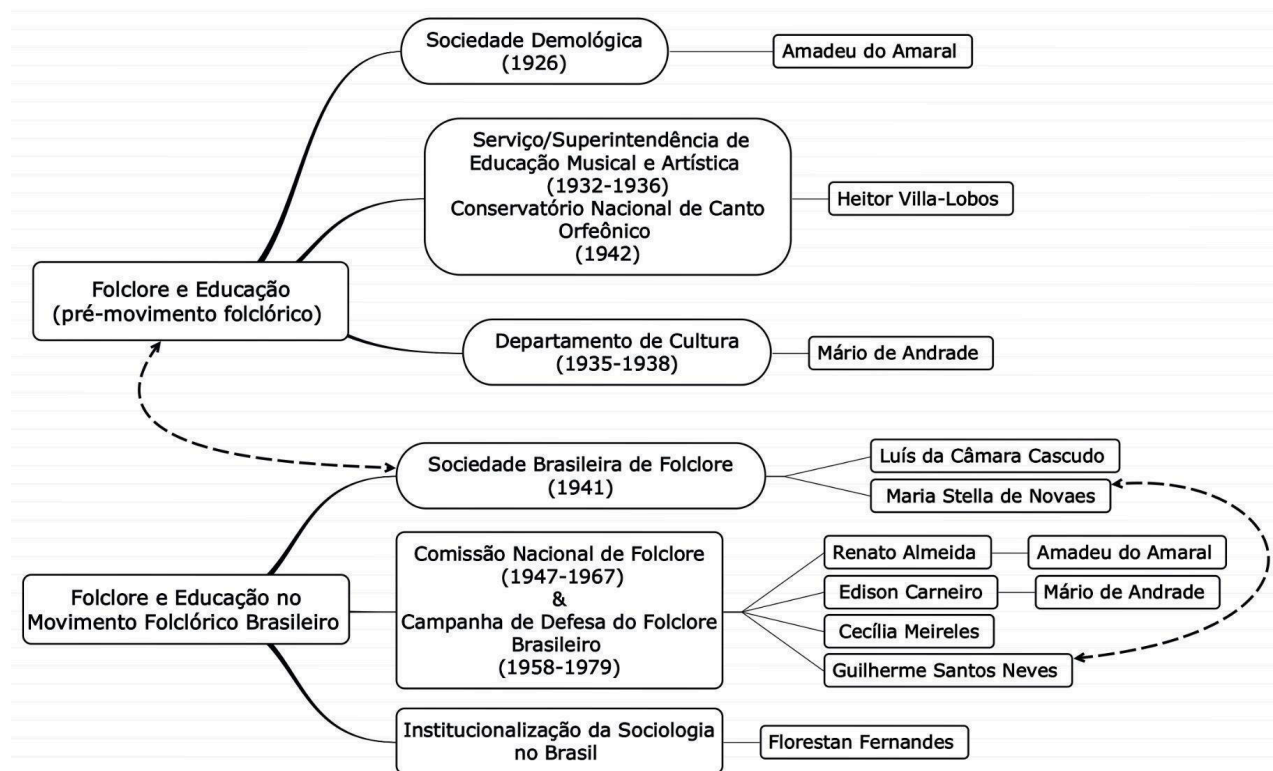
O seu primeiro contato com o folclore ocorreu durante a graduação na Universidade de São Paulo (USP), ao realizar uma pesquisa sobre o folclore paulistano para a disciplina de Sociologia I, ministrada pelo professor francês Roger Bastide, com o qual desenvolveu outros trabalhos após essa primeira experiência (Bandeira, 2020).

Embora desaprovasse a introdução do folclore em programas de ensino como disciplina autônoma, acreditava na possibilidade do aproveitamento de temas folclóricos por docentes que atuavam em diversas áreas e em diferentes níveis de ensino. Na educação formal, a sua utilização contribuiria para a formação sociocultural do estudante, ou seja, o folclore na educação sustentava-se pelo viés socializador, sendo essa a convergência entre folcloristas e sociólogos (Vilhena, 1995; Bandeira, 2020).

## INSTITUIÇÕES E ATIVIDADES ASSOCIADAS AO FOLCLORE

Entendidas as conexões estabelecidas entre pensadores do folclore no Brasil, buscamos identificar elementos constituintes dessa temática, antes e depois do esquematizado movimento folclórico. Ou seja, o folclore na educação de modo antecedente à efervescência dos folcloristas articulados em rede por todo o país, e o folclore na educação relacionado ao movimento folclórico, sobretudo marcado pelas ações da CNFL. Com essa intenção, ilustramos na Figura 4, abaixo, o percurso das relações estabelecidas entre instituições e pensadores do folclore brasileiro.

**Figura 4:** Instituições e pensadores do folclore no Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Os nomes de Amadeu Amaral, Heitor Villa-Lobos e Mário de Andrade marcaram o início da institucionalização do folclore no Brasil. A proposta não concretizada da Sociedade Demológica (SD), criada por Amaral, consistia na pesquisa e no estudo do folclore, observando-se o foco científico e nacional. Amaral idealizava uma instituição centralizada, com um boletim, um museu e uma biblioteca especializados, além da formação de profissionais da área. Seu objetivo era proporcionar aos folcloristas e intelectuais o conhecimento dos costumes e da “psique” do povo brasileiro, visando ao entendimento de questões sociais e culturais para a transformação e o aperfeiçoamento do futuro da nação (Ferreira, 2007).

Em 1926, Amadeu do Amaral foi entrevistado por Fernando de Azevedo no famoso “Inquérito de 1926”, pesquisa realizada a pedido do jornal *O Estado de São Paulo*. A investigação, que

abordava a educação no Brasil, foi um dos marcos iniciais para a implementação do escolanovismo brasileiro. Durante a entrevista, Amaral tratou especificamente do ensino secundário e superior (Golovaty, 2010).

Ao apresentar a proposta do Canto Orfeônico em 1931, Villa-Lobos foi convidado por Anísio Teixeira, diretor da Instrução Pública, para implantar e dirigir o *Serviço de Educação Musical e Artística (1932)* ou a *Superintendência de Educação Musical e Artística (1936)* do Rio de Janeiro. Tais iniciativas sinalizaram a institucionalização do folclore na educação pela via do Canto Orfeônico (Monti, 2015).

Na era Vargas, o maestro atuou como orfeonista do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Ao desenvolver um projeto musical-pedagógico sustentado pelos ideais da Escola Nova, recebeu a influência de Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Fernando de Azevedo, signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lançado em 1932 (Lemos Júnior, 2005; Barreto, 2011; Monti 2015).

No contexto de uma educação pública, democrática, laica e obrigatória, como defendia o Manifesto de 1932, acreditava-se que a alfabetização musical faria parte da formação integral do indivíduo. Sob a liderança de educadores musicais nacionalistas, como o próprio Villa-Lobos, a música deveria ser acessível a todos, ajudando na educação do ouvido das crianças e promovendo o progresso social (Barreto, 2011; Monti, 2015). Villa-Lobos organizou cursos de Formação de Professores Especializados em Música e Canto Orfeônico, criando, em 1932, o Curso de Pedagogia de Música, que originou o Orfeão dos Professores (Barreto, 2011).

O ensino de música foi regulamentado pelas reformas educacionais de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) (Decretos-Lei n.º 19.980/1931, n.º 4.244/1932, n.º 4.545/1942), tornando o canto orfeônico obrigatório nas escolas de todo o país, especialmente nos cursos ginásial e escola normal (Lemos Júnior, 2005).

Em 1942, criou-se o *Conservatório Nacional de Canto Orfeônico*. Visando a unificação e o controle da formação de professores/as para o ensino do canto orfeônico, o Decreto-Lei n.º 9.494, de 22 de julho de 1946, estabelecia as finalidades, o currículo e o funcionamento dos cursos de formação docente realizados em Conservatórios Nacionais e Estaduais de Canto Orfeônico (Lemos Júnior, 2005).

Esse curso contemplava uma quantidade significativa de temas relacionados ao folclore, dirigidos ao canto orfeônico na formação de professores, por exemplo, o tema ‘Etnografia Musical e Pesquisas Folclóricas’, que preconizava a execução das pesquisas folclóricas estrangeiras e nacionais. Competia aos alunos a criação, organização e o desenvolvimento de um gabinete de pesquisas sobre o folclore (Lemos Júnior, 2005)

A legislação de 1946 regularizou “[...] o processo avaliativo do Canto Orfeônico nas escolas secundárias, que até então era isento de avaliação formal”, e acrescentou conteúdos a serem trabalhados no curso ginásial. O folclore nacional apresentava-se na 3.ª e 4.ª séries, respectivamente, como um ramo específico e como um ramo da unidade temática História e Apreciação Musical (Lemos Júnior, 2005, p. 4). Por fim, observa-se a redução (de cinco para quatro) das aulas destinadas ao canto orfeônico (Lemos Júnior, 2005).

Ao longo dos anos, o canto orfeônico foi perdendo força, tornando-se matéria optativa em 1960. No ano seguinte, foi substituído pela disciplina “Educação Musical”, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Após a morte de Villa-Lobos, em 1959, essa disciplina foi perdendo espaço no currículo até ser abandonada nas escolas do Brasil (Barreto, 2011).

Sob a direção de Mário de Andrade, o Departamento de Cultura de São Paulo, cuja missão era fortalecer o movimento artístico, cultural e educacional, estava organizado em torno dos seguintes projetos: 1) Parques Infantis; 2) Discoteca Pública Municipal; 3) Sociedade de Etnografia e Folclore; 4) Missão de Pesquisas Folclóricas; 5) Bibliotecas Circulantes; 6) Quarteto de Cordas. Trata-se de uma organização semelhante àquela proposta por Amadeu do Amaral para a SD (Teodoro, 2019).

Paiva (2009) investigou o uso da música nos Parques Infantis a partir do Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, publicado de 1947 a 1957. Embora o período seja posterior à saída de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, ainda é possível identificarmos marcas de sua gestão, como a valorização das manifestações folclóricas nacionais, datas comemorativas e a promoção da socialização e interação entre as crianças. Também observamos a preocupação com a homogeneização da fala e linguagem das crianças parquenas (Paiva, 2009).

No campo teórico e metodológico, destacam-se autores como Froebel e Pestalozzi. No campo pedagógico, registra-se a influência de Dewey, Claparède e Decroly, este último especialmente em referência à proposta pedagógica dos Parques Infantis, destacando-se o conceito de Centro de Interesse (Paiva, 2009). A música e o canto eram considerados essenciais para o desenvolvimento da linguagem, do aprendizado cívico-patriótico e das competências psicossociais das crianças, o centro de interesse delas (Paiva, 2009). Tanto nos Parques Infantis como nas escolas públicas em âmbito nacional, repetiam-se os referenciais pedagógicos que orientavam a educação musical, envolvendo práticas com o folclore e a disciplina Canto Orfeônico (Paiva, 2009).

O repertório musical utilizado nos Parques Infantis demonstrava a preocupação com o folclore nacional, visando a unificação cultural brasileira. E o trabalho das educadoras musicais era orientado no sentido de instigar a aprendizagem dos parquianos das mais diversas manifestações folclóricas musicais (Paiva, 2009, p. 44).

Além da formação musical vinculada ao Conservatório ou ao Canto Orfeônico ensinado nas escolas, essas educadoras passavam por um processo contínuo de aprendizado, participando de cursos, congressos e reuniões, com o objetivo de aperfeiçoar as aulas de Educação Musical (Paiva, 2009).

Inicialmente, predominava a contratação de professores/as normalistas para atuarem nos Parques Infantis. A partir de 1937, passaram a ser contratados profissionais especializados, como dentistas, educadoras musicais, educadores sanitários, enfermeiros, jardineiras, médicos, professores de educação física e recreacionistas. Para atender às demandas dessas instituições em expansão, a contratação desses profissionais poderia ocorrer por meio de concursos simplificados (Paiva, 2009).

Em 1954, o tema da VII Conferência Internacional de Música Folclórica foi “Música Folclórica na Educação e na Vida Cultural de Hoje”. Nesse mesmo ano, educadoras musicais

compartilharam com seus pares estudos que haviam realizado sobre diversos tópicos de interesse, destacando-se “O folclore e as crianças” (Paiva, 2009).

Sobre o programa de canto no Jardim, há indicações do trabalho com canções folclóricas, canções fáceis e boa música em geral. As educadoras musicais deveriam selecionar a música e letra de acordo com a fase de desenvolvimento da criança, assim como deveriam saber executar ao piano, além de saber cantar a melodia a ser ensinada a criança (Paiva, 2009, p. 84).

De acordo com a autora, as incumbências das educadoras musicais dos Parques Infantis compreenderiam: a) trabalhar com a música dentro do universo infantil; b) auxiliar o intercâmbio musical responsabilizando-se pelas apresentações e visitas das crianças parquenas a outros Parques Infantis; c) instigar os parquenos a aprender por meio dos mais diversos repertórios de manifestações folclóricas musicais, enfatizando a difusão do folclore nacional no contexto da unificação cultural brasileira; d) ensinar os hinos oficializados às crianças desde pequeninas, para cativá-las a amar a pátria; e) partir sempre do centro de interesse da criança; f) utilizar o método intuitivo, considerando o repertório musical popular conhecido pelas crianças para, gradualmente, incluir o desconhecido e o mais complexo. Nessas orientações que circulavam nos anos 1950, identifica-se “o respeito a uma pedagogia centrada na criança” (Paiva, 2009, p. 94), cunhada de acordo com preceitos escolanovistas.

No que se refere à produção de materiais folclóricos na interface com a educação, anteriormente à CNFL e ao Movimento Folclórico, destaca-se a SBF (1941), presidida por Luís da Câmara Cascudo. Cascudo mantinha contato com folcloristas estrangeiros, incorporando elementos do universal e do particular às suas reflexões sobre o tema. Para ele, a cultura popular e a cultura letrada seriam indissociáveis (Fernandez, 2004). Nessa linha de pensamento, apoiou a criação do Clube Internacional de Folclore, enquanto muitos folcloristas nacionais, como aqueles afeiçoados ao CNFL, relutavam em estabelecer intercâmbios internacionais em torno do folclore (Fernandez, 2004).

De fato, opunha-se ao foco nacionalista do CNFL, assim como ao caráter patriótico do estudo do folclore brasileiro defendido por Renato de Almeida, o que o distanciou do projeto de preservação das tradições populares apoiado pelo governo federal (Fernandez, 2004). No entanto, a SBF compartilhava com o CNFL o objetivo de tornar o estudo das tradições populares uma disciplina nas escolas secundárias e universidades brasileiras. Esse tema foi retomado por Cascudo em livro *Tradição, ciência do povo* (1970), no qual

[...] propôs a criação de um curso sobre a cultura popular na última série do colegial, hoje, o Ensino Médio. Preocupado com a preservação das manifestações populares, Câmara Cascudo sugeriu ‘dar combate ao dragão do tesouro imemorial’ a partir da institucionalização do folclore nas escolas (Fernandez, 2004, p. 42).

Maria Stella de Novaes foi uma das pensadoras do folclore mais próxima de Luís da Câmara Cascudo e da Sociedade. Em 1943, ela considerou criar uma Sociedade similar àquela existente no Rio Grande do Norte, sem vínculos governamentais, para reunir intelectuais e discutir temas relacionados ao folclore no Espírito Santo (Leite, 2002).

Cascudo respondeu a Novaes, mencionando que Sociedades de *Folklore* existentes em diversos estados, como Paraíba, Piauí, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás,

funcionavam de forma simples e eficaz. Como não havia mensalidade ou sede própria, os custos eram divididos entre os membros, que realizavam as reuniões em suas casas e, para evitar vaidades e intrigas, recomendava um corpo mínimo de associados (Leite, 2002).

Com o apoio de Cascudo, Novaes ampliou sua rede de interlocutores e ganhou reconhecimento nacional. Ele ajudou-a a expandir a metodologia aplicada em suas pesquisas, especialmente na coleta de material folclórico (Leite, 2002). Em 1944, Novaes publicou *Da Natureza ao Folclore*, que levou à sua inclusão no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, mais uma vez apoiada por Cascudo, que escreveu para autoridades estaduais elogiando o trabalho que ela realizava e a sua contribuição ao folclore nacional (Leite, 2002). No Espírito Santo, as críticas dirigidas a Novaes, sob o argumento de que não usava métodos científicos, mas apenas recursos literários, espelhavam tanto discordâncias no campo teórico-metodológico, como antagonismos políticos motivados pela sua relação de parentesco com um poderoso grupo político local, representado pela família Monteiro (Leite, 2002).

De acordo com Leite (2002), Novaes e Cascudo fazem parte de uma tendência folclórica romântica e purista, isenta de teorias gerais ou conclusivas, focando na organização, classificação e no registro do folclore. De acordo com essa perspectiva, ambos dispensavam análises mais profundas ou teorias sociais, ao contrário de outros folcloristas da USP, que procuravam definir o uso do folclore, estabelecer paradigmas científicos para seu estudo ou, alternativamente, aceitar sua exclusão como objeto das Ciências Sociais (Leite, 2002).

Em 1946, Novaes foi convidada para fundar o Centro Espírito-Santense de Folclore, e novamente Cascudo elogiou a iniciativa. No centro, ela elaborou o folheto “Sugestão para a Colheita de Material Folclórico”, por meio do qual incentivava a população a registrar a memória local de maneira neutra e fiel aos fatos (Leite, 2002).

Segundo Leite (2002), a produção literária de Novaes visava preservar e valorizar a memória local. Sob forte influência do conservadorismo católico, ela visaria contribuir para uma “missão civilizadora” no Espírito Santo. Seus escritos abordavam temas como natureza, civismo e moral cristã, elementos que ela via como unificadores da identidade capixaba (Leite, 2002). Ao escrever sobre *Lendas Capixabas*, Cascudo destacou o valor histórico e moral da obra de Novaes para o estado (Cascudo, *apud* Leite, 2002).

Inspirada pelo pensamento isebiano, Novaes também defendia a celebração do “Dia do Solo Espírito-Santense” em 23 de maio — um evento que passou a ser comemorado em 1947 — focando aspectos religiosos da colonização. Cascudo parabenizou a iniciativa, destacando a importância do dia para o capixaba (Leite, 2002).

Ela buscou aproximar o folclore da identidade nacional e da educação, promovendo temas locais e fortalecendo a memória do Espírito Santo, com a finalidade de gerar um vínculo identitário entre o povo e sua terra. Em um contexto de exclusão feminina no meio intelectual, Leite (2002) destaca o pioneirismo de Novaes, que, ao produzir e organizar registros, criou um acervo fundamental para a História, Cultura e Educação do Espírito Santo, especialmente por meio do folclore.

Inspirado no projeto da SD de Amadeu do Amaral da década de 1920, Renato de Almeida fundou a CNFL em 1947, com os seguintes objetivos: 1) promover o debate intelectual sobre o

folclore; 2) lutar por uma instituição governamental que coordenasse o trabalho investigativo e preservacionista dos folcloristas; e 3) integrar as manifestações folclóricas ao processo educativo formal (Vilhena, 1995). Sobre este último, observa-se que,

[...] a questão educacional condensa os principais efeitos de sua mobilização sobre o conjunto da sociedade brasileira. A pesquisa e a defesa das manifestações populares só dariam frutos uma vez que seus resultados fossem aplicados no processo educativo (Vilhena, 1995, p. 244).

Segundo Vilhena (1995), destaca o pioneirismo de Amadeu Amaral, cujas ideias alicerçaram a intersecção entre folclore e educação. Para ele, a escola deveria usar o folclore não apenas como meio de divulgação, mas de forma semelhante ao “ensino cívico”, provocando efeitos duradouros pela via da conexão entre os alunos e as tradições nacionais.

Ao lançar o terceiro objetivo do movimento folclórico, Renato Almeida visava tanto preservar o folclore como afirmar a ‘identidade nacional’, justificando dessa forma a inserção do folclore na educação. Em 1948, a CNFL defendia a realização do III Congresso Nacional de Estabelecimentos de Ensino. Almeida defendia a inclusão do folclore nas escolas incentivando, em especial, a prática de bailados folclóricos por estudantes do Colégio Franco Brasileiro (Vilhena, 1995).

Edison Carneiro exaltava as iniciativas de Amadeu Amaral para salvar práticas populares em extinção, como, por exemplo, a criação de uma instituição central de folclore. Em reconhecimento, a biblioteca da CDFB recebeu o seu nome, juntamente com a criação dos Boletins de Folclore (Ferreira, 2007).

Nas relações entre Mário de Andrade e o Movimento Folclórico Brasileiro, destacamos o Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional, promovido pelo Departamento de Cultura e coordenado por Oneyda Alvarenga, diretora da Discoteca Municipal (1935-1969). Esse concurso inspirou a CDFB (1958) a criar o Concurso Sílvia Romero, realizado em 1959, que até hoje fomenta a pesquisa folclórica (Sousa, 2016). Durante esse período, formou-se um acervo inédito de trabalhos produzidos por intelectuais das ciências sociais de São Paulo e por autores polígrafos das Comissões Estaduais de Folclore (Sousa, 2016).

Sousa (2016) catalogou os trabalhos submetidos ao concurso, contabilizando 206 monografias, arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Para classificá-las, utilizou as categorias propostas por Edison Carneiro, chegando à seguinte distribuição, mesmo considerando a existência de algumas redundâncias.

a) Folclore oral, contemplando o folclore infantil: 36 monografias (17,45%) b) Crendices e superstições: 9 monografias (4,30%) c) Lúdica, contemplando danças e bailes, autos e etc.: 69 monografias (33,40%) d) Artes e técnicas: 17 monografias (8,25%) e) Música: 24 monografias (11,65%) f) Usos e costumes: 36 monografias (17,45%) g) Linguagem popular: 12 monografias (5,85%) \*Sem classificação determinada: 3 monografias (Sousa, 2016, p. 272).

Entre esses trabalhos, *Acalantos e cantigas de um folclore tenebroso* foi considerado deficiente na abordagem do tema Folclore e Educação. No comentário apresentado, a comissão avaliadora, composta por Hiroshi Saito, Maria de Lourdes Borges Ribeiro e Rossini Tavares de Lima, escritores dedicados ao

tema Folclore e Educação, apontava o descumprimento da exigência de inclusão de aspectos do folclore nacional, considerando também que cantigas e histórias assustadoras, como as de monstros e papões, são prejudiciais à formação infantil, pois, embora o folclore tenha valores educativos e didáticos, sua utilização exige seleção cuidadosa de material; um ponto com que todos os folcloristas concordariam (Sousa, 2016).

Embora as monografias estejam classificadas conforme a orientação de Edison Carneiro, não é possível identificar se mais alguma tratou do tema Folclore e Educação, mas consideramos importante a discussão levantada pelo autor, ao destacar a fala dos membros da banca que tanto defendiam o aproveitamento do folclore na escola (Sousa, 2016).

No fim da década de 1940, Cecília Meireles esteve ativamente envolvida no Movimento Folclórico brasileiro (1947-1964). Membro da CNFL, ela se dedicou ao estudo e à divulgação do folclore brasileiro, associando-o à renovação educacional (Vieira, 2013). Seu trabalho visava integrar o folclore à educação da infância, com foco na cultura popular, por meio de crônicas, livros, literatura e peças infantis, incorporando o material folclórico nas produções pedagógicas (Vieira, 2013).

Meireles levou para o movimento folclórico suas ideias sobre a integração dos museus às escolas, destacando a importância dos museus nas instituições escolares, especialmente nas escolas urbanas — onde a distância da cultura folclórica autêntica, ao contrário do que acontecia nas escolas regionais e rurais, dificultava o contato direto com fontes vivas de informação.

Nesse contexto, a implementação dos museus teria um papel compensatório, “[...] respondendo à perda do contato direto com as fontes folclóricas” (Vilhena, 1995, p. 239). Ao possibilitar “[...] o contato com os elementos folclóricos (mesmo que mediados pela orientação do professor), marcado pela materialidade dos objetos, [o museu] permitiria uma situação de mínima interferência externa a essa ‘vivência’ do folclore” (Vilhena, 1995, p. 240).

Meireles defendia a introdução dos estudos folclóricos nas escolas para orientar a ação pedagógica e recreativa (Vilhena, 1995; Nascimento 2013; Vieira, 2013), destacando a necessidade de transposições didáticas para o aproveitamento das cantigas no contexto educativo. Ela alertava para a importância de selecionar cuidadosamente as manifestações folclóricas presentes nas escolas, considerando sua função pedagógica e os usos educativos do folclore infantil (Vieira, 2013).

Ela compreendia a educação como um agente de transformação social, essencial para valorizar e preservar os costumes e a identidade nacional brasileira, além de contribuir para a criação de um sentimento de fraternidade universal movido pelo conhecimento do folclore (Vieira, 2013). A preocupação com o binômio folclore/educação infantil aumentou, pois percebeu-se que as crianças já não sabiam mais cantar as cantigas de roda, em razão das exigências da vida moderna e da baixa ou nenhuma inclusão do folclore em livros infantis (Vieira, 2013).

Tendo em vista essas e outras questões da vida social e cultural brasileira, Cecília produziu obras de relevância, aliando o folclore à educação, destacando-se a sua presença

[...] em eventos realizados na década de 1950 que discutiam a valorização das manifestações populares, como a I Semana do Folclore, ocasião em que, a educadora, ao discorrer sobre o tema Folclore e Educação, defendeu a presença dos estudos folclóricos tanto na ação pedagógica quanto nas atividades recreativas nas escolas (Nascimento, 2013, p. 130).

Em síntese, ela argumentava que os estudos folclóricos deveriam permear o processo educativo infantil para orientar a ação pedagógica e recreativa das professoras como um todo, e não como um conteúdo curricular específico:

Nas escolas primárias e instituições pré-escolares, o Folclore não pode ser encarado especulativamente, mas vivido, cada dia, na sua realidade, justamente para assegurar a sua permanência e prosseguir na sua evolução. [...] o Folclore deve constituir a atmosfera da criança não só nos seus momentos de recreio (cantigas, danças, adivinhas, parlendas, jogos, contos, brinquedos), como na inspiração de trabalhos manuais (rendas, bordados, trançados, modelagens, etc.) (ISNF: 15 *apud* Vilhena, 1995, p. 239).

Nascimento (2013) ressalta a participação de Meireles no I Congresso Nacional do Folclore, na III Semana Nacional do Folclore e na III Semana de Folclore de Porto Alegre, onde atuou como secretária geral, relatora e professora, respectivamente. Nessas ocasiões, estabeleceu diálogos entre o folclore e a educação, apostando na cultura popular para a formação humana: “num conto, numa fábula, num provérbio, às vezes numa adivinhação reside um mundo de experiência de um povo ou da humanidade” (Meireles, 2003, p. 325 *apud* Nascimento, 2013, p. 130-131).

No contexto do movimento folclórico brasileiro, o professor e folclorista Guilherme dos Santos Neves destacou-se na cena capixaba, ao lado de Maria Stella de Novaes, e fundou o Centro Capixaba de Folclore em 1946 (Leite, 2002), localizado na Academia Espírito-Santense de Letras (Vilhena, 1995). Em 1947, a convite de Renato Almeida, o Centro Capixaba de Folclore passou a integrar uma das subcomissões estaduais de folclore da CNFL. No ano seguinte, Santos Neves tornou-se secretário geral da CESFL (Leite, 2002), responsabilizando-se pela proteção e estudo do folclore no estado. Para ele, a atuação da instituição junto à CNFL encontrava-se então “melhor e mais seguramente norteadas” (GSN/RA, 05/04/48, CE rec. *apud* Vilhena, 1995, p. 114).

De acordo com Borel (2017), a dedicação de Santos Neves ao folclore capixaba, especialmente no que diz respeito ao ensino escolar e à criação de instituições dirigidas ao estudo e divulgação do folclore local, permitiu-lhe estabelecer contato com os principais folcloristas do Brasil e difundir o folclore capixaba, tanto nacional como internacionalmente, por meio de suas obras. Como secretário geral da CESFL, Santos Neves aparece entre os autores mais presentes nos Documentos da CNFL, mostrando seu engajamento e influência no movimento folclórico (Vilhena, 1995).

O Movimento Folclórico Brasileiro, liderado pela CNFL e contando com a CDFB, as Subcomissões Estaduais de Folclore e o apoio da SBF, mobilizou agentes de folclore de todo o Brasil para cumprir seus três principais objetivos: tornar o folclore uma disciplina escolar autônoma, institucionalizá-lo nas escolas de acordo com uma perspectiva nacionalista e fortalecer suas pesquisas científicas.

Florestan Fernandes, por outro lado, abordava o folclore como um mero objeto da Sociologia, formulando conceitos e integrando-os às transformações observadas no ensino superior, no contexto da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (Bandeira, 2020).

Nesse processo, os estudos folclóricos contribuíram para a constituição de novas compreensões sociológicas da sociedade brasileira e novas perspectivas sociológicas do país. Florestan

reconheceu a importância dos folcloristas, como Sílvio Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade<sup>1</sup>, e via os estudos folclóricos como ferramentas interpretativas para entender a realidade sociocultural brasileira, embora defendesse a cientificidade das pesquisas sociológicas sobre o tema (Bandeira, 2020).

Ao investigar o folclore, Florestan procurava integrar técnicas e métodos de pesquisa, compatíveis com o objetivo de conferir cientificidade às pesquisas realizadas sobre o tema. Em contrapartida, a ausência dessa mesma em estudos folclóricos realizados por outros pesquisadores, gerava polêmica quanto ao reconhecimento do folclore como um campo de conhecimento independente (Bandeira, 2020). Por um lado, a coleta e o registro das manifestações folclóricas procuravam sustentar o folclore como uma disciplina autônoma; por outro, contrariando os folcloristas, as pesquisas sociológicas viam o folclore exclusivamente como ferramenta para entender questões sociais, negando-lhe a condição de ciência independente, sem a contribuição de outras áreas, como Sociologia, Psicologia e Antropologia (Bandeira, 2020).

Para Edison Carneiro, grande articulador dos folcloristas, os sociólogos paulistas, encabeçados por Florestan, reduziram o labor dos folcloristas à mera atividade coletora, sem capacidade interpretativa, e o folclore a um ramo humanístico do saber sem a base requerida a uma disciplina científica autônoma (Bandeira, 2020). Como aponta Edison Carneiro (*apud* Bandeira, 2020), a Florestan divergia do entendimento de Roger Bastide, considerando que o sociólogo francês reconhecia a autonomia do folclore como ciência.

Sobre essa questão, Vilhena (1995, p. 198) argumenta que,

[...] nos seus primeiros trabalhos, Florestan Fernandes negava a condição de ciência ao Folclore, caracterizando-o apenas como um método. Bastide afirmava o inverso: reconhecendo nesse estudo uma ciência autônoma, propunha que ele incorporasse o “método sociológico” à análise de seu objeto, até então examinado predominantemente através de métodos históricos e culturalistas. Mais tarde, sofisticando sua posição, Fernandes conclui que, pela natureza dos seus procedimentos “ideográficos”, o Folclore deveria ser definido como uma disciplina humanística e não científica. Humanística, pois envolve interpretações singularizantes, como aquelas relacionadas ao estudo estético dos materiais e à identificação histórica de suas origens. Embora sempre ressalte que essas tarefas são tão necessárias quanto as do sociólogo — que do ponto de vista de uma ciência independente dos Estudos de Folclore analisa a ‘função social’ dos materiais que pesquisa — Fernandes não desenvolve nenhum esforço nesse sentido em relação ao material que coletou, que se limita a transcrever.

Na esteira dessa polêmica, observa-se que “os estudos de folclore não conseguiram se estabelecer autonomamente no interior das universidades brasileiras [, pois] [...] se situavam em um espaço ‘secundário’ e/ou ‘marginalizado’ no processo de produção de pesquisas, justamente por não terem sido contemplados, formalmente, nos cursos universitários” (Bandeira, 2020, p. 55).

De todo modo, Fernandes reconhece o valor educativo das manifestações folclóricas, tanto na educação informal como na formal (Bandeira, 2020), alinhando-se ao pensamento de Bastide, quando, no Congresso Internacional de Folclore realizado em 1954, o sociólogo francês definiu o folclore infantil como “socializador” e “espontâneo”, desde que, a espontaneidade não se tornasse uma obrigação escolar (Vilhena, 1995).

---

<sup>1</sup> De acordo com Vilhena (1995, p. 77), destacam-se os últimos dois nomes, “pela perspectiva científica que ambos pretendiam implementar aparece sempre diretamente associada a um esforço institucional”.

Segundo Vilhena (1995, p. 245), se, para Florestan Fernandes,

a influência socializadora do folclore seria 'inegavelmente 'boa' no plano formal' (Fernandes, 1960, p. 63), o folclore além de oferecer às crianças a dramatização de "relações humanas", também apresentariam 'representações da vida, do homem, dos sentimentos e dos valores, pondo a criança em contato com um mundo simbólico e um clima moral que se perpetua através do folclore' (Fernandes, 1960, p. 62). Ao contrário daquelas influências que poderíamos chamar de sociológicas — isto é, pertinentes às relações sociais —, essas últimas, culturais, sem serem 'irremediavelmente 'más', acabariam por distanciar as crianças 'do mundo que se formou sobre os escombros da antiga ordem social, na qual o folclore se constituiu e com a qual era coerente (Fernandes, 1960, p. 63).

Ele destacava igualmente o uso do folclore nas escolas como recurso pedagógico, técnica educativa de relevância para as manifestações culturais infantis, como brincadeiras, brinquedos, folguedos, danças tradicionais, lendas, histórias, superstições e costumes (Bandeira, 2020).

Trata-se, portanto, de um elemento cultural e socializador essencial para o desenvolvimento da personalidade humana, promovendo a interação entre o mundo adulto e infantil, além de conectar as crianças a um mundo simbólico e a diversas visões sobre o mundo (Bandeira, 2020). No entanto, ele pouco se preocupava com a inclusão do folclore como disciplina nos currículos, pois considerava que tal tarefa exigiria pesquisas profundas para avaliar suas reais contribuições (Bandeira, 2020). Além disso, Fernandes apontava o "sério encarecimento do ensino superior" e as "complicações do currículo" com a inserção dessa disciplina, considerando-a "não recomendável" no momento (Fernandes, 1960, p. 64 *apud* Vilhena, 1995, p. 245).

Diante da discussão travada entre folcloristas e sociólogos, entende-se que, embora

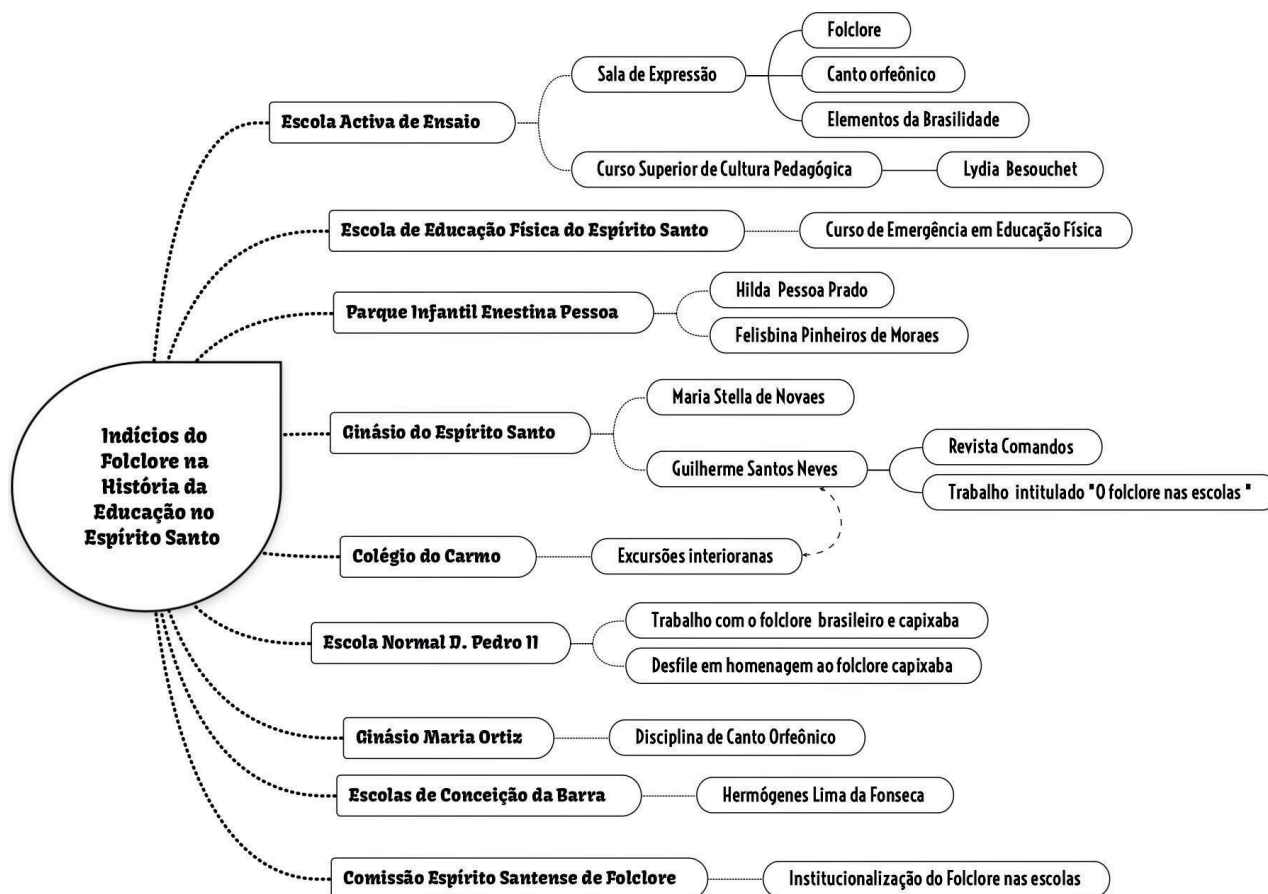
[...] o folclore não tenha conseguido distinguir-se como disciplina científica independente no arranjo universitário das Ciências Sociais definido nos anos 1960, o Movimento Folclórico brasileiro conseguiu realizar um de seus projetos fundamentais: 'o aproveitamento do folclore na educação'[...] (Vieira, 2013, p. 166).

Nessa perspectiva, interessa-nos pensar "o aproveitamento do folclore na educação" (Vilhena, 1995, p. 213) na cena educacional capixaba entre 1947 e 1964.

## **DIRETRIZES E PRÁTICAS DO FOLCLORE EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO**

Entendidos os modos como as instituições e os pensadores do folclore se situam na história da educação, principalmente aqueles do Espírito Santo implicados nesse processo nacional, trataremos, a seguir (Figura 5), de fontes relacionadas às instituições, aos pensadores e aos demais mediadores culturais implicados com o folclore na História da Educação no Espírito Santo.

**Figura 5:** Instituições e pensadores do folclore na história da educação no Espírito Santo



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Para a composição do esquema representado na Figura 5, percorremos a historiografia da educação no Espírito Santo, em busca de informações direta ou indiretamente relacionadas ao folclore. Começamos pelo final da década de 1920, quando identificamos as teses de conclusão do *Curso Superior de Cultura Pedagógica* (CSCP), sobretudo a tese da professora Lydíia Besouchet<sup>2</sup>, intitulada “O Folk-lore” na *Escola Activa* (Berto, 2013). A referida tese foi elogiada em matéria publicada no jornal *A Gazeta*.

O seu trabalho foi, sem dúvida, um dos mais interessantes de quantos apareceram até agora. Ocupando-se do ‘Folk lore na escola activa’ a autora, além de dar á sua these o cunho de utilidade indispensável, soube bordá-la de commentarios inteligentes que a tornaram de forma elegante e altrahente (Curso..., 1930, p. 6 *apud* Berto, 2013, p. 177).

Na Escola Activa de Ensaio, que funcionou no contexto da reforma escolanovista da educação (1928-1930), práticas relacionadas ao *folclore, canto orfeônico e aos elementos da brasilidade* ocorriam na *Sala de Expressão* (Berto; Simões, 2016).

Assim como as instituições congêneres criadas por Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, o Parque Infantil Ernestina Pessoa se destacou no Espírito Santo por valorizar a arte, o folclore e os conhecimentos que as crianças constroem de maneira espontânea por meio dos

<sup>2</sup> “Nasceu em 23/5/1907. Naturalidade: Rio Grande do Sul. Diplomada pela Escola Normal Pedro II. Formada pelo Curso de Emergência oferecido pelo Departamento de Educação Física do Espírito Santo em 1931, Vitória-ES (Berto, 2013, p. 175).

jogos e das interações entre os sujeitos (Tavares, 2010). Exemplos disso são as ações pedagógicas promovidas pela professora Hilda Pessoa do Prado, envolvendo corais, bandas e festas folclóricas (Tavares, 2010), e pela professora Felisbina Pinheiros de Moraes, que integrou cantigas populares, danças regionais, folguedos e jogos, incorporando o folclore capixaba ao ensino de Educação Física (Bruschi, 2019).

Segundo Bruschi (2019), quando necessário, a modelização da Educação Física pelo Método Francês permitia a flexibilização dos movimentos exigidos, ou seja: “Se os jogos previstos no método não despertam o interesse desejado, que os substitua por outros de caráter regional sem, contudo, pensar que isto implica em alterar o método” (O Método 255 Francês..., 1948, p. 3 *apud* Bruschi, 2019, p. 254).

A autora afirma que as “cantigas populares oriundas do nosso folclore, danças indígenas, folguedos e outras brincadeiras e jogos populares foram inseridos nas maneiras de se praticar o Método Francês, convivendo, ao mesmo tempo, com a sua parte oficial” (Bruschi, 2019, p. 274). Isso nos interessou, tendo em vista que muitas professoras<sup>3</sup>, formadas pela *Escola Normal Pedro II*, frequentaram o *Curso de Emergência em Educação Física* ofertado pela *Escola de Educação Física do Espírito Santo*, criada em 1931, após a emissão do Decreto n.º 1.366, de 26 de junho (Bruschi, 2019). Do curso, destacam-se, ainda, 129 monografias produzidas durante a primeira década de funcionamento da instituição. Embora não apareça diretamente na categorização das monografias realizada pela autora, identificamos outros eixos que podem atravessar o folclore (Bruschi, 2019).

O *Ginásio do Espírito Santo* foi o local de trabalho de Maria Stella de Novaes e Guilherme dos Santos Neves (Borel, 2017). A professora, segundo Leite (2002, p. 84), apresentava uma perspectiva quase romântica de educação<sup>4</sup>, abrangendo uma perspectiva “[...] unificadora, moralizadora, higienizadora e disciplinadora da população local. A tarefa seria transformar os habitantes do Espírito Santo no povo espírito-santense e, para isso, era preciso construir sua identidade e difundir seus padrões”.

No que se refere a *Guilherme dos Santos Neves*, destacamos a disciplina *Português* por ele ministrada e, como fontes relacionadas às suas práticas docentes, destacamos os arquivos da *Revista Comandos*<sup>5</sup>, cujos redatores eram os próprios alunos: “os artigos que compunham a revista tratavam de assuntos diversos, principalmente aqueles relacionados com o GES, como: “[...] organizações esportivas; cinema e teatro; desfiles e, claro, como não poderiam faltar, artigos sobre **literatura e folclore**” (Borel, 2017, p. 164, grifo nosso).

Outra fonte importante é o trabalho de sua autoria, intitulado “*O folclore nas escolas*”, apresentado em 1948, no Congresso de Estabelecimentos Privados de Ensino de São Paulo, onde conheceu Renato Almeida, que compareceu no evento como diretor do Lycée Français, do Rio de Janeiro, hoje Colégio Franco-Brasileiro (Vilhena, 1995). O folclorista capixaba, que trocava

<sup>3</sup> Entre elas, destacam-se Hilda Pessoa Prado (Borel, 2012), Lydia Besouchet (Borel, 2012; Berto, 2013) e Felisbina Pinheiros de Moraes (Borel, 2012; Bruschi, 2019).

<sup>4</sup> A concepção de educação de Stella relacionava-se fortemente com a elite intelectual espírito-santense e com as reformas educacionais que ela vivenciou quando aluna, durante o governo de Jerônimo Souza Monteiro. Desse modo, temas como questões nacionais e exaltação da Pátria acompanharam a sua trajetória intelectual (Leite, 2002).

<sup>5</sup> “[...] Comandos (nome alusivo aos ingleses, na 2.ª Guerra Mundial) jornal e depois Revista do Colégio Estadual do Espírito Santo” (Pacheco, 2001, s/p).

correspondências com Cecília Meireles, recebeu dela uma carta específica sobre esse estudo a respeito do folclore escolar (Borel, 2017).

Achiamé e Kogure (2013)<sup>6</sup> chamaram os métodos de ensino utilizados por Guilherme Santos Neves de *O método guilbermino*. Suas práticas docentes, como as lições de cultura popular,

[...] envolviam cantigas de roda, trovas, costumes familiares e da vizinhança e tudo o que dizia respeito ao cotidiano das pessoas, com as quais seus alunos e suas alunas mantinham contato. Muitos deles vinham do interior para estudar na Capital, trazendo consigo uma bagagem preciosa de conhecimentos (Borel, 2017, p. 166).

Jogos, festas, álbuns, estéticas, deveres, leitura e outras sugestões pedagógicas para o trato da cultura folclórica capixaba compunham o seu modo de ensinar. Ao incentivar o culto às tradições, para evitar que as mesmas se perdessem, afirmava que não pretendia “[...] subestimar ou desabonar a orientação pedagógica adotada nas instituições educacionais, mas sim oferecer uma contribuição” (Borel, 2017, p. 171).

No que se refere ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, conhecido como *Colégio do Carmo*, destaca-se uma excursão das estudantes, acompanhadas pelo professor Guilherme, ao interior do Espírito Santo, para registrar fatos ou lendas culturais (Borel, 2017).

No âmbito da *Escola Normal D. Pedro II*, a pesquisa de Schwartz (2004) fornece indícios do ensino do folclore brasileiro e capixaba, como se lê no seguinte parágrafo.

Era uma escola muito viva, de bom ensino [...] pública e de qualidade [...] porque tínhamos professores, os de Educação Física, por exemplo, faziam um trabalho maravilhoso. Tinha atividades ligadas à dança, teatro, ginástica rítmica que envolvia alunos e professores [...] nós tivemos festivais de cantigas e brincadeiras de rodas [...] trabalhávamos, por exemplo, o **folclore brasileiro e o capixaba** [...] era uma escola que tinha vida [...] (Schwartz, 2004, p. X, grifo nosso).

De acordo com a autora, nas décadas de 1940 a 1960, formaturas, festas cívicas e sociais, desfiles, comemorações, homenagens e outras atividades realizadas na instituição eram relatadas em matérias da imprensa capixaba (Schwartz, 2004).

O estudo de Costa (2022) investiga a presença de estudantes negras no Ginásio Maria Ortiz, vinculado à Escola Normal Pedro II de Vitória-ES, entre 1936 e 1943, considerando o impacto das reformas educacionais de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), ambas com viés nacionalista e eugênico.

Essas reformas estabeleceram a obrigatoriedade do canto orfeônico, disciplina utilizada para promover o patriotismo e a cultura brasileira, incluindo o hinário nacional e músicas folclóricas, visando a uma suposta harmonia cultural (Costa, 2022).

Embora não conste nos boletins das estudantes do período analisado (1936-1943), a obrigatoriedade da disciplina foi regulamentada pela Portaria n.º 300, de 7 de maio de 1946, o que sugere a possibilidade de que, a partir dessa data, haveria registros dessa disciplina nos documentos escolares (Costa, 2022).

---

<sup>6</sup>ACHIAME, Fernando; KOGURE, Linda. **Guilherme Santos Neves**: grandes nomes do Espírito Santo. Coordenação de Antônio de Pádua Gurgel. Vitória-ES: Pro Texto Comunicação e Cultura (Grandes Nomes do Espírito Santo), 2013.

Nas *escolas de Conceição da Barra*, Hermógenes Lima da Fonseca — político, folclorista e “nativo da cultura popular” daquela região — dedicou-se ao estudo e à preservação do folclore capixaba, ensinando crianças sobre a cultura popular, publicando livros, escrevendo artigos e organizando eventos folclóricos na cidade (Freitas, 2021).

Produziu obras infantis, como *Estórias de bichos contadas pelo povo*, *Estorinhas ecológicas* e *Seu Lúcio, o patriota*, enfatizando a importância dessas “estórias” como ferramenta de formação do caráter infantil. Além disso, tecia críticas ao método de ensino da escola formal (Freitas, 2021).

Fonseca estudou os impactos das transformações econômicas no Espírito Santo e sua influência sobre as manifestações folclóricas. Foi integrante da CESFL, colaborou com estudiosos como Guilherme Santos Neves e participou da organização do Museu Capixaba de Folclore, inaugurado em 1966 (Freitas, 2021).

Sobre a atuação de Maria Stella de Novaes, no *Centro Espírito-Santense de Folclore*, registra-se, em 1947, a elaboração do folheto *Sugestão para a Colheita de Material Folclórico*. Destaca-se, também, a realização de inquéritos folclóricos sobre o tema “folclore e os brinquedos”, enviados às escolas capixabas e respondidos pelas crianças (Leite, 2002). Outras iniciativas, principalmente no apoio a práticas educacionais folclóricas, deverão ser prospectadas por meio de novas fontes.

Considerando-se as articulações da CNFL e do Movimento Folclórico (1947-1964), em conjunto com as Comissões Estaduais para a promoção de políticas de integração do folclore ao ensino no Brasil, como pode ser compreendida a atuação do secretário-geral Guilherme Santos Neves (Vilhena, 1995), à frente da Comissão Estadual do Espírito Santo? Quais foram os outros atores envolvidos nessas articulações em âmbito local? Como transcorreu o processo de incorporação do folclore aos currículos das escolas públicas capixabas? Quais foram os principais mediadores desse processo? Essas e outras questões emergem da literatura consultada, provocando estranhamentos e aproximações ao folclore na educação capixaba.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mapeamento e na análise da literatura acadêmica sobre o folclore no campo educacional brasileiro, destaca-se, inicialmente, a diversidade dos Programas de Pós-Graduação em que foram produzidos os trabalhos: Educação, História e seus ramos, Artes, Letras, Educação Física, Antropologia Social, Culturas e Identidades Brasileiras e Música. A diversificação dos espaços de produção das teses e dissertações analisadas não chega a ser surpreendente, tendo em vista a polissemia de elementos culturais que atravessam a dimensão epistemológica do folclore.

Desde o início do século XX até o período de efervescência do folclore nacional — o chamado movimento folclórico brasileiro (1947-1964) —, instituições e pensadores do folclore procuraram articular políticas de inserção do folclore nas escolas brasileiras.

João Simões Lopes Neto, Amadeu do Amaral, Villa-Lobos, Cecília Meireles, Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo foram os nomes evidenciados pela literatura acadêmica na inauguração dos laços entre folclore e educação, seja pela sistematização de propostas pedagógicas, seja pela institucionalização da defesa das manifestações folclóricas na educação nacional.

Vários desses personagens alicerçaram o movimento folclórico brasileiro, a saber: João Simões Lopes Neto, com a tese da literatura nacional ancorada nos fatos folclóricos produzidos por escritores nacionais; Amadeu Amaral, com a arquitetônica conceitual da SD, que inspirou a SBF e a CNFL, além da ideia de uma educação política pelo folclore; Villa-Lobos, com o canto orfeônico com músicas folclóricas; e Mário de Andrade, com os Parques Infantis, nos quais implementou o canto, as brincadeiras e a literatura em São Paulo.

Muitos deles viram seus projetos ganharem, de alguma forma, corpo e expressão política, ou mesmo participaram ativamente do movimento folclórico brasileiro. Nesse sentido, destacam-se Cecília Meireles, com as ideias da educação nova, da infância, do folclore e dos museus de folclore nas instituições, e Luís da Câmara Cascudo, que impulsionou o projeto de folclore e educação no Rio Grande do Norte por meio da SBF (1941).

Em 1947, a CNFL surgiu como um grande expoente na defesa da integração do folclore à educação, alinhando-se à trajetória da SBF. Destacou-se, sobretudo, por eleger como uma de suas principais pautas o aproveitamento do folclore nas escolas e por articular-se com as comissões estaduais. Atuando como eixo de integração entre os grandes nomes do folclorismo brasileiro, reuniu professores para realizar ações concretas em estabelecimentos educacionais. Ante as tentativas da CNFL, em conjunto com as comissões estaduais, de implementar uma cadeira de folclore nas instituições de ensino do país — principalmente nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras —, Florestan Fernandes manifestou-se, afirmando o folclore como mero objeto da Sociologia.

A CESFL, criada em 1948 e secretariada por Guilherme Santos Neves, integrou nomes como Maria Stella de Novaes e Hermógenes Lima da Fonseca, entre outros folcloristas e professores capixabas, que atuaram na promoção do folclore nos estabelecimentos de ensino do Espírito Santo durante o movimento folclórico.

Assim, observa-se que o folclore se apresenta na educação capixaba desde o final da década de 1920, sob a perspectiva da educação nova no CSCP. Do Parque Infantil à Escola Normal, o folclore atravessou a educação capixaba, mantendo diálogo com pensadores de outros estados, como no caso do contato de Maria Stella de Novaes com Luís da Câmara Cascudo, antes mesmo da fundação da CNFL e da CESFL. Registra-se também o contato de Guilherme Santos Neves com Renato Almeida nos congressos sobre educação em São Paulo e na CNFL, refletindo sobre o tema Educação e Folclore nas escolas, no contexto do conjunto de pensadores de expressão nacional (por exemplo, Cecília Meireles).

Por fim, o Espírito Santo alcançou grande expressão na cena do folclorismo brasileiro, especialmente no campo da educação, destacando-se a atuação de eminentes integrantes do magistério capixaba, assim como o contínuo apoio e incentivo da CESFL ao aproveitamento do folclore nas instituições de ensino locais.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Rebeca Carolina da Silva. *Florestan Fernandes e o folclore: um estudo sobre as suas primeiras elaborações (1941-1962)*. 2020. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.
- BARRETO, Jaqueline Lourenço. *Villa-Lobos e a Educação Musical no Brasil*. 2011. 55 p. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade de Évora; Lisboa, 2011.
- BERTO, Rosianny Campos. *A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)*. 2013. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- BERTO, Rosianny Campos; SIMÕES, Regina Helena Silva. Modelização do ensino e formação docente no Estado do Espírito Santo no início do século XX. *Notandum*. v. 42, n. 11, p. 161-178, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4025/notandum.42.11>>. Acesso em: 23 set. 2025.
- BOREL, Tatiana. *Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940*. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- BOREL, Tatiana. *A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906-1951)*. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- BRUSCHI, Marcela. *Entre a França e o Brasil: criação, circulação e apropriações do Método Francês de Educação Física (1931-1960)*. 2019. 326 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- COSTA, Fernanda Maria Oliveira da. *A presença de estudantes negras no Ginásio Maria Ortiz, anexo à Escola Normal Pedro II de Vitória, Espírito Santo (1936-1943)*. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- COSTA, Michel Dal Col. Introdução ao Movimento Folclórico Capixaba. A Comissão Espírito-Santense de Folclore e suas origens. *Cadernos de História n.º 46*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2011.
- FERNANDEZ, Jenny Iglesias Polydoro. *O folclore na obra de Luís da Câmara Cascudo*. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- FERREIRA, Leonardo da Costa. *Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928*. 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas estado da arte. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 79, p. 257-72, ago. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>>. Acesso em: 23 set. 2025.
- FREITAS, Bartolomeu Boeno de. *A obra de Hermógenes Lima Fonseca e as culturas tradicionais do norte do Espírito Santo*. 2022. 198 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. *O elogio da mediocridade: percursos de Amadeu Amaral*. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

LEITE, Juçara Luzia. *Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito santense no século XX*, 2002. 435 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEMONS JÚNIOR, Wilson. *Canto Orfeônico: Uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956)*. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. *Polifonias Políticas e Pedagógicas: Villa-Lobos no Instituto de Educação do Rio de Janeiro na Era Vargas*. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PACHECO, Renato Costa. Amigos Acadêmicos, do lado de lá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do ES*, n.º 55, 2001. Disponível em: <https://morrodomoreno.com.br/process-materia-categoria.php?m=amigos-academicos-do-lado-de-la-por-renato-pacheco.html>. Acesso em: 07 abr. 2024.

PAIVA, Juliane de Sousa Silva. *A música nas propostas educacionais dos parques infantis na cidade de São Paulo: 1947 a 1957*. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2009.

PEREIRA, Luis Artur Borges. *Aspectos das diversas manifestações do projeto cívico-pedagógico de João Simões Lopes Neto*. 2008. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

PEREIRA, Luis Artur Borges. *João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação: breve estudo sobre a conferência Educação Cívica*. 2014. 413 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. *“Tradicional Instituição” e “Ensino de qualidade”*: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória (ES). 2004. 221 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SEVERO, Cristine Zirbes. *Do Folclore à ficção: Silvio Romero e Simões Lopes Neto*. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Ana Teles da. *Na trincheira do folclore: intelectuais, cultura popular e formação da brasilidade – 1961-1982*. 2015a. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.

SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da. *As festas escolares no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica*. 2015b. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015b.

SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; SALIM, Maria Alayde Alcântara. *Escritas da história da educação capixaba produzidas no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo*

(1992-2018). In: Regina Helena Silva Simões; Rosianny Campos Berto, Maria Alayde Alcântara Salim (org.). *Temas da História e da Historiografia da Educação*. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, v. 1, p. 24-39, 2018.

SOARES, Ana Lorym. *Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)*. 2010. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, Rafael Vitor Barbosa. *O Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional no panorama dos estudos folclóricos brasileiros*. 2016. 330 f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TAVARES, Johelder Xavier. *Escola no Parque: processos de institucionalização da educação infantil na cidade de Vitória (ES) no século XX*. 2010. 445 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. 1995. 441 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, Ana Paula Leite. *Cecília Meireles e a educação da infância pelo folclore (1930-1964)*. 2013b. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

**Submetido:** XX/XX/XXXX

**Aprovado:** XX/XX/XXXX

**Editor(a) de seção:**

## **DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS**

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

## **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS**

Autor 1 – Participação ativa na coleta e análise dos dados e escrita do texto.

Autor 2 – Orientadora. Participação na análise dos dados e revisão da escrita final.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## **FINANCIAMENTO**

Este artigo é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

⌘Sugerimos que não utilize notas de rodapé; caso seja extremamente necessário, elabore textos curtos, que não ultrapassem quatro linhas. Fonte Garamond 10.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.